

O CUIDADO INSTITUCIONAL NA VISÃO DE ADOLESCENTES ACOLHIDOS¹.

² Marlene Schüssler D'Aroz

³ Tania Stoltz

Resumo

O estudo visa a conhecer como adolescentes acolhidos percebem o cuidado institucional. Justifica-se pela possibilidade de refletir e desenvolver práticas cotidianas mais próximas das necessidades dos adolescentes acolhidos. Contribui, também, para uma possível intervenção junto à instituição, aos educadores sociais e aos familiares destes adolescentes auxiliando-os e oferecendo indicativos que possam gerar mudanças. A base do cuidado está na compreensão da criança na sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. Envolve também ajudá-la a identificar suas necessidades em cada fase e atendê-las. Trata-se de um estudo qualitativo e de caráter exploratório. A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição de acolhimento localizada na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Foram entrevistados dez adolescentes com idades compreendidas entre 13 e 18 anos por meio de entrevistas semiestruturadas, a partir do método clínico piagetiano. Os dados obtidos por meio das entrevistas permitem observar que os adolescentes expressam a necessidade do cuidado para além do afeto, envolvendo o que podem ou não fazer, o que devem ou não fazer; e percebem o educador como amigo. Os relatos dos adolescentes solicitam dos pais maior responsabilidade para com eles. Com relação à instituição de acolhimento e aos educadores sociais, o cuidado é reconhecido pela maioria como adequado, no entanto, nem todos têm esta clareza, o que leva igualmente à necessidade de um trabalho de intervenção que possibilite desenvolver maior sensibilidade para as necessidades do adolescente, indicando-lhes uma direção, para que, a partir desta orientação, o adolescente possa construir e trilhar o seu próprio caminho.

¹ Título do trabalho original: *Dissertação de Mestrado da primeira autora, defendida em março de 2008, intitulado "Concepção de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG", sob a orientação da Profa. Dra. Tania Stoltz*

² Pedagoga, Mestre em Educação. E-mail: marlenedaroz@yahoo.com.br

³ Pedagoga, Doutora em Educação pela PUC- SP e pós-doutora em Educação pelos Archives Jean Piaget - Genebra - Suíça . E-mail: tania.stoltz795@googlemail.com

Palavras-chave: Adolescente. Cuidado institucional. Acolhimento Institucional. Vulnerabilidade social.

INSTITUTIONAL CARE ACCORDING TO SHELTERED TEENAGERS

Abstract

The study aims to understand how sheltered teenagers notice the institutional care. Justified by the possibility to reflect and develop daily practices closer to the needs of adolescents received. It also contributes to a possible intervention by the institution, to educators and families of these teens, helping them and offering indications that may bring about changes within the same. The care is based on understanding of the child in uniqueness its as a person and as a continuous process of growth and development. It also involves helping them to identify their needs at each stage and attend them. This is a qualitative study and exploratory. The study was conducted in a host institution located in the metropolitan region of Curitiba, Parana, which shelters children and adolescents in situations of vulnerability and social risk. We interviewed ten teenagers aged between 13 and 18 by means of a semi-structured interview, from the clinical method of Piaget. The data obtained through interviews allow us to observe that teenagers express, they need for care beyond affection, involving what they can do or they can't do, what they must do or they must not do, and perceive the educator as a friend. The reports of teenagers more responsibility of their parents. Regarding the host institution and social educators, care is recognized by most as appropriate, however, not everyone has this consciousness, which also leads to the need for an intervention that enables develop greater sensitivity to the needs of adolescents, showing them a direction, so that from this orientation, the adolescent can build and follow their own way.

Key-words: Adolescent. Institutional Care. Institution Shelter.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa a conhecer como adolescentes acolhidos percebem o cuidado institucional. Pesquisas têm mostrado a prática do cuidado sob o imperativo de suprir as necessidades básicas das crianças. Nesse sentido, alguns estudos relacionam o cuidar e o educar sob esta mesma perspectiva. Neste cuidado incluem-se todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: "alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integrantes ao educar" (ROSEMBERG, 1994, p. 12). Vale lembrar que o cuidado, embora muitas vezes efetivado por procedimentos ligados ao corpo e ao ambiente físico, também expressa intenções, sentimentos e significados em consonância com o contexto sociocultural.

O cuidado tem como base, para Dessen e Braz (2005), "compreender como ajudar o outro a desenvolver-se como ser humano". Cuidar da criança é compreender sua singularidade como pessoa e como ser em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento. É também ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las. Para outros autores, como Zagury (1996, p.104), cuidar é um ato de amor, mas um amor acrescido de limites. Segundo a autora, "a falta de cuidados pode desencadear a agressividade destrutiva na infância e se estender ao período da adolescência com alta correlação a situações envolvendo violências e o uso de drogas". Cuidar está, portanto, intimamente relacionado a uma cultura que depende também da sociedade na qual se produz, podendo variar as formas de cuidado nas diferentes classes sociais.

Para Bowlby (1990), o cuidar é definido como uma ampla ordem de comportamentos complementares ao comportamento de apego e inclui uma larga gama de responsabilidades, tais como prover ajuda ou auxílio, conforto e confiança, provendo uma base segura, e encorajando a autonomia da criança. O cuidador deve ser capaz de responder de forma flexível a uma ampla margem de necessidades. Quem desempenha a função de cuidar, deve ter conhecimento adequado de como prover cuidado apropriado e estar disponível quando necessário. Além da função de cuidar, diz Bowlby (1990), precisa ter

recursos emocionais e materiais como a habilidade de empatizar e de se colocar no lugar do indivíduo que atende. Precisa, também, ser motivado a oferecer cuidado. Se o cuidador não estiver suficientemente motivado, pode não desempenhar seu papel adequadamente.

Ainda de acordo com Bowlby (1990), a convivência da criança no meio familiar deve ser observada cuidadosamente. Uma criança que tem pais afetivos e vive em um lar bem estruturado, no qual encontra conforto e proteção, consegue desenvolver um sentimento de segurança e confiança em si mesma e em relação àqueles que convivem com ela. Quando, nessa mesma família, a criança cresce em situação irregular pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com os outros, havendo assim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento, se agravando no período da adolescência. Entre outros, é a qualidade do cuidado com a qual a criança é atendida, que irá proporcionar a ela, desde a sua concepção, recursos para que se desenvolva plenamente e em todas as dimensões.

Mas, quando o contexto é de risco e o cuidado é negligenciado, como fica a situação da criança?

Se em alguns casos o cuidado é significativamente presente e positivo, em outros, pode ser negado. As causas e as consequências da negação desse cuidado nem sempre estão relacionadas à falta de amor, atenção e respeito. No caso das crianças e adolescentes deste estudo, entre outros fatores, a falta de cuidado familiar configurou o acolhimento institucional.

Estudos de Weber et al (2004) apontam a ausência de cuidado ou o cuidado em famílias consideradas em situação de risco, como intimamente ligado a fatores como a má distribuição de renda do país, o desemprego e a conseqüente depauperação, que acabam dificultando o processo de cuidar e o próprio desenvolvimento da criança. Os contextos ambientais nos quais estas famílias encontram-se inseridas geram uma condição de risco permanente em suas relações intrafamiliares e sociais e

interferem na sua realidade social. Frente a essa realidade, primeiro os pais e em seguida, os filhos, deixam o lar em busca da sobrevivência.

As diferentes realidades vividas por muitas crianças e adolescentes ocorrem, de um lado, por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas e, de outro, por terem sido, ao longo da história, expressão dessas desigualdades. Junto a estas, importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar acabaram por imprimir um novo perfil à família. Outro fator relevante como a pobreza, muitas vezes a miséria, deixa muitas famílias sem condições de suprir as necessidades básicas de seus filhos, tais como alimentação, saúde e educação.

Como se não bastassem dificuldades familiares, muitos jovens, cuja identidade é construída sobre a fragilidade e a impotência para contestar, são banidos da sociedade e excluídos em relação aos padrões socialmente estabelecidos. Essas crianças e adolescentes, segundo Bernardi (2010), reflexo das desigualdades sociais, têm mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, frequentar a escola regular, uma universidade e, até mesmo, fazer cursos profissionalizantes.

Diante deste quadro, Koller (1996) e Wagner (2005) observaram que muitas famílias não conseguem oferecer formação aos filhos e, em alguns casos, não conseguem nem mesmo fortalecer vínculos com seus pais. Pode assim acontecer o rompimento das relações familiares, aumentando as tensões e os problemas, deixando de ser o próprio lar um lugar seguro para a criança crescer e, por vezes, a criança fragilizada e sem a família busca outros vínculos para se desenvolver, sendo a rua um deles.

Schmidt (2007) investigou crianças e adolescentes não mais em situação de rua, mas acolhidos em uma instituição de acolhimento e observou que a maioria dos entrevistados, antes de serem acolhidos, vivia com seus familiares, porém, costumava alternar frequentemente

entre a família, a rua e os projetos para crianças em situação de vulnerabilidade social. A razão disso estava relacionada à expulsão, fuga de condições insuportáveis na família, procura por uma melhor qualidade de vida, vivência de incertezas e de violências no contexto familiar.

As crianças da pesquisa acima citada, ao referirem-se à vida nas ruas, descrevem-se como atores ativos que desenvolvem várias atividades de sobrevivência como: captação de recursos materiais (alimentação, roupas e etc), formação e organização de grupo, busca e organização do lugar de moradia, desenvolvimento da atividade de trabalhar, de pedir esmola, de roubar e de obter drogas (estas obtidas principalmente para não sentir fome, medo, esquecer as dificuldades e brincar de ser criança). Além disso, as crianças e adolescentes relataram que construir vínculos com outras pessoas tem uma função fundamental nas experiências na rua (SCHMIDT, 2007, p. 33).

Ainda na mesma pesquisa, os adolescentes revelaram que experienciam uma sociedade que não apóia, que rejeita, abusa e ameaça. Por este motivo observam que também ficam revoltados e rejeitam a sociedade. Este discurso é comum na vida das crianças e dos adolescentes acolhidos, uma vez que a sociedade rejeita seus pais, está rejeitando os filhos destes pais e, por consequência, a rua passa a ser, para muitos, contexto de fuga. Para muitas destas crianças e adolescentes, mesmo que a rua permita diferentes tipos de maus tratos, se diferencia da família e ainda é a melhor opção. A rua passa a ser o contexto de fuga dos problemas familiares, contexto de proteção e de liberdade, espaço onde conseguem reorganizar a vida e, muitas vezes, de vivência de condições melhores que as experimentadas em casa com a família.

A esse respeito, à medida que a família encontra dificuldade para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, são criadas situações de vulnerabilidade. Logo, pode-se concluir que a vida familiar, para ser efetiva e eficaz, depende de certas condições que garantam sua

sustentação e a manutenção de seus pares. Sem saber para onde ir, o que fazer e com quem contar, muitos adolescentes, na tentativa de sobreviver a tantas mudanças, praticam pequenos furtos, usam drogas ou se envolvem em conflitos.

Assim como os adolescentes acolhidos, a geração dos jovens atualmente é bastante afetada por desencanto, incertezas quanto ao futuro, distanciamento em relação às instituições, descrença em sua legitimidade e na política formal, além de resistência a autoritarismos e à adultocracia (RIZZINI, 2003). Nesse caso, a escola e a família já não têm o mesmo caráter de referência que tiveram para outras gerações. Além disso, verifica-se uma ampla diversidade na construção das referências em grupos de uma mesma geração. Essa abordagem revela que a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada à condição de vulnerabilidade social desses indivíduos. Esta, por sua vez, não afeta somente os jovens, mas interfere no ambiente familiar, modificando a sua maneira de pensar e agir.

ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A família cada vez mais tem deixado a responsabilidade do cuidado para outras esferas, uma delas, as instituições de acolhimento. O acolhimento é uma prática muito antiga, mas a sua história só ganhou força a partir do século XIX. A criança que não podia ser atendida pelos pais biológicos era entregue por eles ou por mediadores a outras famílias. Ao longo dos anos, este tipo de acolhimento sofreu mudanças significativas, mesmo assim, muitas crianças e adolescentes ainda convivem atualmente nas ruas. Em Curitiba, Paraná, segundo o Instituto Paranaense de Pesquisa Urbana de Curitiba – IPPUC (2011), mesmo com avanços significativos nas políticas públicas de atendimento e proteção à criança em situação de rua, ainda há muito por fazer. Há, nas ruas de Curitiba, um número significativo de crianças e adolescentes à espera de uma vaga nas instituições de acolhimento.

O acolhimento institucional vem sendo uma alternativa dentro da política de atendimento a crianças e adolescentes em situações de risco, seja nos casos de instituições que prestam atendimento em regime de abrigo ou nos casos de família provisória. Esta prática, aliada à fácil retirada da criança de sua família para as instituições criou uma verdadeira cultura da institucionalização.

Presente desde os tempos do Brasil colônia, essa cultura ganhou força a partir da década de 1990 com a implementação e legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Este documento mereceu maior atenção por marcar uma mudança importante de paradigmas em relação ao cuidado e proteção à população infantil e juvenil, sob o ponto de vista dos seus direitos. Estes paradigmas estão contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8.069, quando crianças e adolescentes passaram a ser por lei sujeitos de direito. Isso quer dizer que o atendimento e a proteção não são favores concedidos, e, sim, direitos assegurados por lei. Por direito entende-se o conjunto de regras que regulamenta a relação entre as pessoas. A cada direito corresponde um dever que pode ser individual ou coletivo (BAPTISTA, 2006).

Quando isso não ocorre ou as crianças e os adolescentes encontram-se vulneráveis e em situação de risco fundado por ação ou omissão da família, sociedade ou Estado aplicar-se-ão as medidas de proteção previstas no ECA. Uma das medidas de proteção é o acolhimento da criança ou adolescente por instituições designadas por promotores ou juízes. O Estatuto prevê o afastamento da criança do convívio familiar e o encaminhamento para acolhimento, quando a família perde o poder familiar, quando há situação de maus tratos, se os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e ainda, quando houver por parte da criança e/ou adolescente a prática de ato infracional. A criança é afastada ou acolhida e, em alguns casos, os pais também são acolhidos e/ou encaminhados para atendimento.

Entretanto, vale lembrar que acolher estes sujeitos não significa apenas dar a eles um teto. A partir do

momento de chegada da criança e/ou adolescente à instituição, esta deve priorizar como objetivo o retorno da criança ou do adolescente acolhido à sua família de origem no mais breve prazo possível. Deve também assegurar que sejam assistidos por profissionais de diversas áreas e que sejam aplicadas medidas com o objetivo de proteger a criança ou adolescente. Segundo Guará (2006, p. 59):

Um programa de acolhimento institucional para um pequeno grupo deve ser capaz de contemplar a complexidade das questões que envolvem a responsabilidade de educar e proteger crianças – e famílias – que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e sofrimento.

A instituição, além de acolher, deve oferecer um espaço socioeducativo visando a inclusão social plena da criança e do adolescente, considerando as características de cada um. O adolescente acolhido, embora muitas vezes não compreenda exatamente porque foi acolhido, tenderá a atribuir esse acontecimento a uma vontade ou decisão arbitrária de alguém (ERNESTO e ROSA, 2007). Esta decisão leva a criança e o adolescente a viver um emaranhado de sentimentos como o medo, insegurança, saudades da família e dos amigos, a sensação de liberdade, a incerteza da separação e a angústia da espera por uma solução. As crianças e os adolescentes sabem que, se estão em uma instituição de acolhimento é porque algo aconteceu, porque teve pelo menos um dos seus direitos desrespeitados, mas nem sempre sabem o verdadeiro motivo do afastamento familiar que resultou no acolhimento institucional. Para elas, é só mais um desafio que terão que enfrentar, sem tempo para acabar.

O CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

A tarefa de educar ganha relevância quando se trata de crianças e adolescentes e, mais ainda, quando quem se educa são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, fruto da negligência e

violência familiar e da ausência de políticas públicas para esse segmento da população.

Partindo desta premissa, uma instituição de acolhimento, reconhecida como Organização Não Governamental (ONG), desde 1986, busca oferecer assistência e educação integral à crianças e adolescentes das classes menos favorecidas, principalmente à população em situação de rua de Curitiba e Região Metropolitana.

Atualmente, acolhe 80 meninos entre crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre 7 e 18 anos. A instituição, desde a sua criação, tem se fortalecido a partir de parcerias com prefeituras municipais da Região Metropolitana de Curitiba, com o governo estadual do Estado do Paraná, voluntários, empresas, bancos, universidades, amigos da instituição que juntos formam uma importante rede de colaboradores que contribuem para a realização de necessidades de crianças e adolescentes, entre essas, a de ter uma família de verdade. Família de verdade significa, para os acolhidos, uma família que cuida, que orienta para o que é certo e errado, uma família que trabalhe afeto e proteção. Desde a sua implementação, cada conquista foi marcante na instituição para se tornar o espaço que é hoje.

Para atender à demanda de acolhimentos de crianças e adolescentes encaminhadas pelos Conselhos Tutelares e Varas da Infância e da Juventude, as instituições do tipo abrigo de Curitiba e Região Metropolitana precisaram se reestruturar. Com a instituição implicada neste estudo, não foi diferente. Foi necessário buscar parcerias com diferentes segmentos da sociedade, envolvendo esferas públicas e privadas e também educacionais, para a construção de uma proposta pedagógica avançada e de acordo com os quatro pilares da Unesco: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a aprender; aprender a fazer (DELORS, 2005). A esta proposta, Asinelli-luz (*apud* DÜRING et al, 2007), acrescentou um quinto pilar, aprender a sonhar. Aprender a sonhar estimula as aprendizagens anteriores dos acolhidos e possibilita estar mais próximo do desenvolvimento da autonomia e da cidadania plena.

Motivados também por este quinto pilar, os adolescentes aprendem a cada dia que tudo é possível, basta acreditar. Sonhar para estes sujeitos é acreditar a cada dia que é possível SER, se cada um fizer a sua parte. Ser, neste caso, refere-se às profissões dos sonhos, ser ator de cinema, piloto da aeronáutica, médico, cientista, professor, policial, jogador de futebol, este último, o mais acalentado dos sonhos, fez com que a equipe pedagógica da instituição repensasse o sonho como projeto de vida. Foi a partir do sonho como projeto de vida que seis adolescentes acolhidos concluíram a universidade e conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho. São exemplos de vida para as crianças e adolescentes que a cada semana são acolhidos na instituição, para os que lá estão e para os que não acreditam que é possível ir tão longe.

Para ir mais longe, não bastou e basta olhar somente para a criança. Foi preciso repensar o plano de trabalho da instituição e ter em mente de que quem acolhe uma criança, de certa forma, também acolhe a família de origem, apoiando-a principalmente nos momentos de crise. Nesse sentido, é preciso tomar cuidado, diz Rizzini (2006), é preciso saber que a instituição de acolhimento, a família de apoio ou a família acolhedora não é substituta, apesar de desempenharem papel de maternagem e cuidados. O mesmo cuidado, segundo Rizzini (2006), refere-se à criança de rua. Se por um lado as crianças em situação de rua expressam o nível de miséria de suas famílias, por outro se constrói a representação de que elas não têm família, são da rua ou foram abandonadas por pais desprovidos de afetividade; mas isso não é verdade, muitos são os fatores que caracterizam e justificam a situação da criança na rua.

Uma das grandes virtudes da instituição de acolhimento implicada nesse estudo é o eterno recomeçar. Este recomeçar a cada dia, como se fosse o primeiro, significa para a equipe de educadores e coordenadores, para as crianças e para os adolescentes, que o trabalho desenvolvido por todos é permanente e dinâmico. Os resultados vêm mostrando a cada ano que mudar é possível, crescer é preciso, planejar é fundamental. Com a

participação de todos, engajados nas virtudes que norteiam a missão da instituição, é possível proporcionar às crianças e aos adolescentes uma nova oportunidade na vida.

Sabe-se que a trajetória do processo de acolhimento não se finda com a chegada dessas crianças à instituição. Este momento é só o começo de um longo caminho a ser trilhado por elas, por seus familiares e por todos os profissionais de vários segmentos envolvidos. Pergunta-se, como adolescentes acolhidos percebem o cuidado institucional?

Em um contexto dinâmico de relações humanas, o presente trabalho visa a conhecer, a partir da percepção de adolescentes que vivem em uma instituição de acolhimento, o cuidado institucional.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo e de natureza exploratória. O estudo foi realizado em uma instituição de acolhimento localizada na Região Metropolitana de Curitiba-Paraná. Contou-se com a participação de dez adolescentes acolhidos com idades entre 13 e 18 anos. Como critério de seleção realizou-se um sorteio entre adolescentes de três casas lares da instituição. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada conduzida a partir do método clínico de Piaget (2000). Este tipo de entrevista evidencia-se como especialmente relevante para a apreensão do pensamento do adolescente porque permite seguir o seu pensamento evidenciando a sua compreensão acerca de determinado assunto, bem como suas contradições. Constitui-se em um método de entrevista em que só algumas perguntas são previstas de início, as demais são formuladas a partir das respostas emitidas e para o aprofundamento do significado dado pelo próprio adolescente às suas falas (DELVAL, 2002). Para a realização das entrevistas obedeceram-se às normas do TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do

Paraná – UFPR sob o Registro CEP/SD; 414.094.07.08 e CAAE: 2231.0.000.091-07. No caso dos adolescentes, por estarem acolhidos, o documento foi representado na figura do coordenador da instituição, pessoa autorizada mediante documento pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude como sendo o tutor legal. Todos os nomes dos pesquisados identificados nesta pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos. Após as assinaturas dos termos de consentimento, teve início a coleta dos dados, a qual foi realizada nas dependências da instituição. As entrevistas foram transcritas na íntegra procedendo-se então à análise qualitativa das respostas dadas pelos participantes da amostra por meio da identificação de temas originados da identificação de regularidades nas entrevistas individuais e no conjunto de participantes. A análise e discussão consideram os estudos envolvendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e acolhidos.

TECENDO ANÁLISES E DISCUSSÃO A PARTIR DOS RESULTADOS

Cuidar de crianças e adolescentes institucionalizados exige de quem cuida múltiplos olhares e compreensão de estilos de vida futura que começa no aqui e agora. A complexidade que está posta nas atribuições do educador social, profissional responsável pelo cuidado dos acolhidos, não é tarefa fácil, mas deve estar à frente desse trabalho a história de vida, o jeito de ser e de viver de cada envolvido, a sua família de origem.

Os resultados apontam para os seguintes temas recorrentes surgidos a partir das falas dos adolescentes e que indicam a sua percepção sobre o cuidado institucional: trabalho com limites e a indicação de uma direção; a presença de afeto, carinho e atenção; o educador social como pai ou como amigo; a necessidade do diálogo e de compreensão empática; o cuidado para a construção de um projeto de vida. Na sequência observa-se a importância dada pelos adolescentes participantes da

pesquisa ao cuidado como relacionado ao trabalho com limites e com a indicação de uma direção ao lado de outros aspectos citados.

Cuidar é não deixar ir pras drogas como eu fui e vi tudo de ruim, dar atenção, carinho, amor, estar junto nas horas difíceis, aah, para mim é isso. (Tato).

É cuidar em tudo né... aqui (na instituição) eu to estudando, fiz um monte de coisas, faço cursos. Os educadores me apoiam, orientam o que está certo ou errado, me cuidam se preciso de alguma coisa (...) Na minha casa eu ia para a rua, não queria nada, aqui faço um monte de cursos, coisas que gosto, aí.....vou tendo oportunidades. O importante é eu ficar aqui, aprender mais coisas, melhor que ficar na rua, na rua eu não tinha nada, aqui estou aprendendo...aprendendo tudo, aprendo a respeitar e aprendo jogar bola, um monte de coisas legais. Sou feliz aqui, estou entendendo mais a minha família, porque eu estou aqui e não com eles, todos aqui são importantes para nós. O Fer (coordenador) é como pai para mim, um paizão. (Adri).

Aqui ficam me incentivando, cuidando de mim, eu vo brigar e eles me separam e falam para mim não mais brigar, assim está bom... (Roy).

Acho importante o cuidado, ser cuidado, se a minha mãe não bebesse não..., ela cuidava bem antes de beber, mas se ela beber, outro dia ela nem lembra o que conversou comigo. Aqui eu tenho este cuidado (Cris).

Ah, cuidar é estar junto, dar atenção, estar junto nas horas boas, nas difíceis, só. Ah, é cuidar desde que ele é pequeno até ele crescer. (Tom)

Ahhh, sei lá, eu acho...cuidar é tipo assim, é obrigação dos pais. De quem está cuidando, do educador também, né? (Sam)

A representação que emerge ao longo do discurso dos adolescentes nos faz recorrer a Rizzini (2006), Weber et al (2004) e Aratangy (1998). Nesses estudos observa-se que os pais devem estar cientes de que ser pai e mãe vai além de amá-los, ser pai e mãe é educar, impor limites, indicar o que é certo ou errado. Estas observações também estão presentes em Zagury (1996, p. 31) ao apontar em seus estudos o cuidar como sendo um ato de amor, mas um amor acrescido de limites.

Os adolescentes da referida instituição entendem o cuidado como fundamental para a construção de um projeto de vida. A instituição, além de acolher, é para esses adolescentes uma família diferente, provisória, mas acolhedora. O educador é a pessoa de referência na ausência dos pais ou responsáveis, é a pessoa com quem podem contar sempre que solicitarem ajuda. Neste caso, a instituição busca atender a criança e o adolescente acolhido e, na medida do possível, oferece toda a atenção e cuidado necessário para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além das oportunidades em projetos, acesso à escola e toda a atenção às necessidades básicas diárias.

Segundo Stoltz (2006, p. 125-126),

A criança solicita o fazer conjunto (no brincar, comer, passear, aprender, rir, jogar...). Juntamente com o atendimento às necessidades básicas, o fazer conjunto permite o estabelecimento da relação afetiva e a conquista da confiança da criança na pessoa do cuidador e nos seus pares.

A maioria dos adolescentes acolhidos participantes da pesquisa passou a maior parte de sua jovem vida sozinho ou na rua e não tinham ou nunca tiveram a presença de um adulto que determinasse regras, limites, nem mesmo o atendimento às suas necessidades básicas.

São identificados diferentes tipos de cuidado na instituição. A convivência dos adolescentes com a equipe de educadores e o cuidado por eles recebido é relatada como positiva por Rico, mas a preferência é dada ao cuidado recebido pelo coordenador da instituição.

Tem educadores assim... que me cuidam, mas não tem aquele conhecimento sobre o cuidado. Eu não contesto a forma como me cuidam, é importante, tenho tudo o que preciso, mas o Fer (coordenador) me cuida diferente, não estou apenas contestando o fato de os educadores cuidarem diferente, talvez para isso falte mais autonomia pra fazer diferente (Rico).

Eu acho que os educadores cuidam diferente porque o Fer é nosso responsável, está mais a par das nossas necessidades, tem muito conhecimento sobre a causa...(Tato)

Ah, antes, na minha casa não me cuidavam, minha avó até fazia uma força, eu não obedecia, mas o Fer é como o pai que eu não tenho, me dá atenção, briga quando faço as coisas erradas, corta minha música e outras coisas, mas isso é cuidar para mim, acho que ele cuida bem de todos nós, pena que alguns não vê assim (Tom).

Segundo Bronfenbrenner (1996), a simples ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças que estão sob seus cuidados pode se constituir uma ameaça ao desenvolvimento psicológico saudável. Embora se reconheça que a privação econômica é uma das principais fontes de risco sócio-cultural para a criança, a privação social pode se fazer presente nos vários sistemas do espaço ecológico, caracterizado por relacionamentos capazes de minar dia após dia o desenvolvimento humano.

Um fator relevante apontado na fala de alguns adolescentes pesquisados é a referência feita ao coordenador. Para os adolescentes, ele não é só a pessoa que coordena, que dá as diretrizes dos trabalhos, é ele quem tem autonomia para orientar também os educadores.

O trabalho que a instituição desenvolve conta com a participação efetiva do grupo de educadores que, segundo Costa (1991), exige mais que paciência, amor pela causa, ser educador no espaço social e trabalhar com

crianças e jovens em situação de dificuldade pessoal e social, requer conhecimento, mais que isso, compromisso com a causa.

Para Costa e Lima (2002), a tarefa de educar torna-se mais relevante quando se trata de crianças e adolescentes, e mais relevante ainda, quando quem se educa são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e de rua. Quando se fala em crianças em situação de rua, sabe-se das dificuldades que as rodeiam, por isso precisa-se compreender não unicamente as crianças, mas, antes de tudo, o conjunto das interações que as crianças mantêm com a rua e com os outros atores sociais. Esses sujeitos, muitas vezes, trazem em sua biografia experiências de opressão e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos. Estas experiências, mesmo que trabalhadas com a ajuda de profissionais da saúde, psicólogos e terapeutas, deixam sequelas que podem permanecer para o resto da vida.

Trabalhar com estes sujeitos requer, segundo Romans (2003, p. 167-169), mais que se identificar com a área social, requer habilidade profissional técnica, de interação ou conhecimento, de competência social, de formação em atitudes e valores, de formação para o autocuidado do educador. A partir destas, entre outras competências, o educador deve comportar-se como membro de uma equipe em sua realidade mais próxima, e como membro da instituição na qual trabalha. A criança e o adolescente, ao chegar à instituição, a vê como um lugar estranho e até hostil. Por outro lado, acredita que este pode ser o lugar onde vai encontrar a compreensão de seus conflitos e dificuldades. Neste momento, deve-se olhar as crianças como pessoas com potencialidades, habilidades e competências. Entender também que a presença educativa também é feita de silêncios, pois nem sempre é possível para a criança expressar em palavras seus sentimentos e vivências. Neste momento, a criança precisa saber que tem com quem contar se precisar de ajuda. O educador social da instituição é a pessoa mais próxima e imediata segundo os adolescentes pesquisados.

O educador me cuida, sempre me ajuda em tudo, até joga bola comigo, conversa sobre tudo, meus pais não faziam isso. (Nunca fizeram isso para você?) Não lembro, mas gostaria que eles me cuidassem como um pai deve cuidar de um filho, dando tudo né, porque eles não me deram nada de bom (Cris).

Gosto quando o educador está comigo, me sinto seguro, quando ele me escuta, me corrige, até quando ele me coloca de castigo (John).

Tem uns educadores que cuidam melhor, entendem mais, logo aparecem, mas têm outros que não são assim tão rápidos, leva um tempo, mas não dizem não, eu me dou bem com eles, não reclamo de nenhum (Jonh).

Aprendemos uns com os outros, e a criança aprende principalmente com os adultos do seu convívio, os valores fundamentais para sua existência. Precisam diariamente de orientação sobre limites, de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto (GUARÁ, 2006). Na falta dos pais dos acolhidos, cabe ao educador fazê-lo e para isso, deve se conscientizar que cada atitude sua é um recado que manda para a criança que atende. Na pesquisa de Düring et al (2007), evidencia-se que para os adolescentes acolhidos, os educadores são fundamentais.

Os educadores são como pais para nós, mostram coisas que nem nossas famílias nos mostraram. Por isso nós temos que dar valor no que temos aqui na instituição, os educadores também nos ajudam nas nossas dificuldades familiares e escolares, sem os educadores nós não teríamos a educação que nós temos hoje, por isso que dizemos que eles são como pais (DÜRING, et al; 2007, p. 26).

Ser educador social é, portanto, mais complexo do que se possa imaginar. Não basta, como costuma-se acreditar, que trabalhar em uma instituição de acolhimento, gostar de criança e de fazer o bem, é o ideal e responde a estes anseios. Esta função requer, entre outras considerações, conhecimento, compromisso, habilidades, tolerância, motivação para a função. Para

muitos dos adolescentes, os educadores representam os pais que eles não têm ou não tiveram, e ainda, dependendo da relação, os pais que gostariam de ter. Com os educadores, na convivência diária, os sonhos sonhados junto com as crianças e os adolescentes acolhidos tornam-se realidade. Um exemplo é o da desta mesma instituição que no ano de 2011, teve a realização de 20 projetos de vida, sonhos de adolescentes que envolveram a reinserção de 18 meninos na família de origem e 2 encaminhamentos para adoção. Esses dados mostram que quando se sonha só, é só um sonho, mas quando se sonha junto, torna-se realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar qual a percepção de adolescentes acolhidos sobre o cuidado institucional. Observa-se nas falas dos adolescentes participantes da pesquisa que estes entendem o que está acontecendo à sua volta e mostram que sabem como necessitam ser cuidados.

Apesar da realidade em que vivem suas famílias, as crianças e os adolescentes têm esperança de mudar de vida, mas para que isso aconteça, o apoio da família é vital e o trabalho desenvolvido pela instituição é fundamental.

Como as estruturas sociais e culturais também estão sujeitas às mudanças históricas, a vida das pessoas reflete as influências de seu tempo histórico que, por sua vez, são manifestadas de diferentes formas e em diferentes lugares. Com relação aos participantes da pesquisa e as histórias que envolvem este estudo, como contexto social, a instituição de acolhimento têm uma forma particular de trabalhar determinados acontecimentos podendo contar com diferentes parcerias como as esferas públicas estaduais e municipais, voluntários, universidades e amigos voltados à causa da infância e adolescência.

Tendo em vista que as diferenças individuais e as trajetórias de vida estão em constante interação com as

mudanças presentes nos ambientes sociais em que se encontram as crianças, os adolescentes e as famílias, as respostas produzidas são variadas, gerando consequências especiais. É evidente que a solução ideal para a questão dos sujeitos em situação de rua culminaria em seu retorno à convivência com seu núcleo familiar reorientado. Nas práticas institucionais (RIZZINI, 2006), o trabalho realizado desde o momento do acolhimento deve visar o retorno da criança ao convívio familiar e comunitário, mas esta perspectiva se confronta com a falta ou a ineficiência de políticas públicas voltadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidades social, principalmente às famílias com filhos acolhidos, o que impede tanto estes filhos como suas famílias de viverem a cidadania.

Mesmo reconhecendo que o trabalho institucional é limitado face ao contexto social mais amplo de exclusão, a proposta de atendimento da instituição estudada é oferecer mais que acolhimento, é oferecer um espaço acolhedor próximo ao de um ambiente familiar saudável, cuidado e proteção. Além de acolher, buscar através de parcerias formação regular, cursos profissionalizantes, educação de qualidade, viabilizar projetos que atendam às necessidades profissionais e aos desejos dos adolescentes.

A concepção de cuidado para os adolescentes envolve mais que carinho, afeto, atenção, diálogo, compreensão empática, atendimento às necessidades básicas diárias, mas, acima de tudo, orientação sobre o que é certo e errado, o que podem ou não fazer, o que devem ou não fazer. Não há como chegar a trilhar um caminho próprio, construir um projeto de vida sem antes ter recebido a indicação de uma direção e valores. Assim, os resultados deste estudo são relevantes para que medidas de prevenção possam ser efetivadas não somente pela equipe da instituição pesquisada, mas também junto às famílias dos adolescentes acolhidos. Seria também fundamental aprofundar as concepções de cuidado em outras instituições de acolhimento a partir da percepção dos próprios adolescentes e, ainda, no espaço escolar, na tentativa de produzir conhecimento que poderia nortear novos projetos, não apenas por sua relevância teórica, mas

sobretudo pela relevância social em dar uma contribuição para ações no sentido de uma sociedade mais humana.

Participar desse estudo foi importante, pois implicou em escutar as reais necessidades dos adolescentes ao investigar a concepção de cuidado institucional. Pode-se observar principalmente no relato dos adolescentes, o que significa cuidar para eles, o que eles pensam sobre o cuidado e a forma como desejam ser cuidados. Oportunizou também a experiência do exercício da cidadania, crucial para o entendimento das questões ligadas às práticas do cuidado.

Esperamos que este trabalho sirva de inspiração para muitos outros pesquisadores e que as ações propostas neste se multipliquem formando uma rede de prevenção e atuação.

REFERÊNCIAS

ARATANGY, L. R. **Desafios da convivência**. São Paulo: Gente, 1998.

BAPTISTA, M. V. **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. Coletânea Abrigar 1. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. BERNARDI, D. C. F. (Org). **Cada caso é um caso**: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo. (Coleção Abrigos em Movimento). São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010

BOWLBY, J. **Formação e rompimento de laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COSTA, A. C. G. da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: CBIA, 1991.

COSTA, A. C.; LIMA, I. M. S. **Programa cuidar: as várias dimensões do autocuidado**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2002.

DELORS, J. **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DELVAL, J. **Introdução à prática do Método Clínico: descobrindo o pensamento das crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In DESSEN, M. A.; COSTA JR, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005. pp. 113-131

DÜRING, A. P. *et al.* **Aprendendo com a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros**. Cartilha. Curitiba, 2007.

ERNESTO, L. O.; ROSA, M. L. **Abrigo: proteção ou violação**. Monografia do curso de Pós-Graduação Lato sensu em Educação Especial, IPEDIS/CESCAGE, Curitiba, 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 2001.

GUARÁ, I. M. R. Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação. In BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. Coletânea abrigar 1. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

KOLLER, S. H. **Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida**. Coletânea da ANPEPP, vol. 1, n. 12, 1996.

PESQUISA SOBRE CRIANÇAS DE RUA. Disponível em: <www.ippuc.org.pr.br>. Acesso em: 12/02/2012.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIZZINI, I. *et al.* **Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas:** trajetórias inevitáveis? F. Terre des hommes, CIESPI, Rio de Janeiro: Loyola, Editora PUC-Rio, 2003.

RIZZINI, I (org). **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, Brasília, DF UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

ROMANS, M. (org). **Profissão:** educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSEMBERG, F. **Crianças e adolescentes em situação de rua:** do discurso à realidade. Caxambu: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SCHMID, A. K. **Organização e qualidade de abrigos de crianças e adolescentes de rua no Brasil:** um estudo psicológico organizacional baseado no exemplo da “Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros”. Tese de doutorado, manuscrito a ser publicado. Zurich, Suíça: Universidade de Zurich, 2007.

STOLTZ, T. Interação social na família e desenvolvimento de crianças de cinco e seis anos. In SCHMIDT, M. A.; STOLTZ, T. **Educação, cidadania e inclusão social.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

WAGNER, A. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família Contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, maio-ago 2005, v. 21, n. 2, pp. 181-186.

WEBER, L.N.D. et al. **Identificação de estilos parentais:** o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, 17(4), pp.323-332.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.